Notícias do dia 19 de fevereiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TJ quer 102 comissionados no lugar de 105 efetivos

Fabiana Pulcineli

Com aumento de 69% no número de comissionados nos últimos dez anos, o Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO) quer elevar ainda mais os cargos em comissão. Projeto de lei do Judiciário aprovado nesta quinta-feira (18) pela Comissão Mista da Assembleia Legislativa propõe a substituição de 105 cargos efetivos por 102 comissionados.

O custo dos novos cargos é de R$ 13,24 milhões, segundo a diretoria-geral do TJ-GO, o que indica R$ 9,9 mil de pagamento em média por servidor - considerando 13 salários no ano. As vagas de efetivos custavam R$ 14,89 milhões, de acordo com o tribunal.

Na justificativa do projeto, o presidente do TJ-GO, desembargador Carlos Alberto França, diz que o objetivo é melhorar a assessoria a juízes de primeiro grau, "em favor da sociedade goiana, pois irá permitir o acréscimo da força de trabalho nas unidades do Judiciário".

O presidente afirmou que outros 100 cargos de assistente administrativo de juiz criados em 2018 foram em quantidade insuficiente e que a demanda permanece, especialmente em comarcas do interior.

A direção do TJ-GO também disse que o projeto não vai criar despesas (por conta da substituição dos cargos) e, por isso, não há descumprimento da Lei Complementar 173/2020, que instituiu o auxílio financeiro a Estados por conta do coronavírus e proibiu aumento de despesas com pessoal.

Embora afirme que os cargos efetivos estão desprovidos, o TJ-GO informou que há dotação orçamentária para os pagamentos.

Com o projeto, são criados 100 cargos de assistente administrativo de juiz DAE-3 (símbolo para definição do salário); 1 de assistente de juiz DAE-5, para atuar na 2ª Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores da Comarca de **Goiânia**; e 1 de conciliador DAE-4, para atuar no 3° Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de **Goiânia**.

A tabela de remuneração disponível no Portal da Tranparência do TJ-GO informa que os cargos DAE-3 a DAE-5 têm salários que variam de R$ 3,92 mil a R$ 5,07 mil. Já em anexo do projeto de lei, uma tabela aponta valores menores. O POPULAR solicitou ao tribunal as informações dos salários, mas não obteve respostas.

Salto

Dados do próprio Judiciário fornecidos ao **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) mostram que o número de efetivos caiu nos últimos dez anos, de 4.412 para 4.380, enquanto a quantidade de comissionados saltou de 949 para 1.601.

O POPULAR solicitou ao TJ-GO informações sobre a decisão de reduzir efetivos e a evolução do número de cargos em comissão, além de questionar os requisitos para preenchimento do cargo e se é permitida a contratação de parentes de magistrados. A assessoria informou na noite de ontem que não conseguiu contato com o presidente para dar as respostas.

O Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de **Goiás** (Sindjustiça) afirmou que não vai comentar o projeto de lei. "O Sindjustiça teve a oportunidade nesta semana de iniciar o diálogo com a nova administração do TJ-GO, que demonstra estar sensível aos pleitos dos servidores. Esse tema, em específico, não foi tratado com os novos gestores, razão pela qual o sindicato prefere não comentar, por enquanto",

afirmou.

Tramitação

A proposta de aumento de comissionados foi aprovada por unanimidade pelo Órgão Especial do TJ-GO em 3 de fevereiro e chegou à **Alego** no dia 10. O deputado Amilton Filho (Solidariedade), designado relator na Comissão Mista, apresentou parecer favorável no dia 17, mas sete parlamentares pediram vista.

Ontem, no entanto, o projeto foi devolvido sem nenhuma proposta de modificação ou questionamento, quando houve aprovação na comissão. Ele deve ser apreciado em plenário, em primeira votação, na próxima terça-feira.

Amilton diz que, como advogado, sabe da importância da assessoria aos magistrados para agilizar o trabalho do Judiciário e que "é regra que cada juiz tenha um assessor de confiança". No relatório, ele afirma que a proposta é "oportuna e conveniente" e que garantirá "otimização de recursos públicos, tanto humanos como financeiros".

Site: https://www.opopular.com.br/digital/19-fevereiro-2021/1o-caderno

Equipe da ASPM-TCE apreende droga e veículo em Goiânia (POLÍCIA MILITAR GO)

No final da tarde do dia 17/02/21, quando em patrulhamento pela Avenida da Divisa, Setor Jaó, a equipe do Cinturão de Segurança ASPM-**TCE** visualizou um indivíduo conduzindo um veículo em situação de suspeição. Ato contínuo a guarnição tentou realizar a abordagem, porém o suspeito empreendeu fuga e foi iniciado um acompanhamento e cerco com apoio das equipes do 30º BPM. Após alguns minutos as equipes lograram êxito em abordar o veículo já pelo setor Parque das Amendoeiras, região leste de **Goiânia**.

Durante as averiguações foi verificado que o indivíduo possui passagens criminais pelos artigos 180, 16, 28. Com ele foi encontrado uma porção de entorpecente e também apreendidos uma motocicleta Honda Biz.

Polícia Militar do Estado de **Goiás**: Patrimônio dos Goianos!

Fonte: ASPM-**TCE**

Site: https://www.bombabomba.com.br/policia-militar-go/equipe-da-aspm-tce-apreende-droga-e-veiculo-em-goiania/

Equipe da ASPM-TCE apreende droga e veículo em Goiânia

admin

No final da tarde do dia 17/02/21, quando em patrulhamento pela Avenida da Divisa, Setor Jaó, a equipe do Cinturão de Segurança ASPM-**TCE** visualizou um indivíduo conduzindo um veículo em situação de suspeição. Ato contínuo a guarnição tentou realizar a abordagem, porém o suspeito empreendeu fuga e foi iniciado um acompanhamento e cerco com apoio das equipes do 30º BPM. Após alguns minutos as equipes lograram êxito em abordar o veículo já pelo setor Parque das Amendoeiras, região leste de **Goiânia**.

Durante as averiguações foi verificado que o indivíduo possui passagens criminais pelos artigos 180, 16, 28. Com ele foi encontrado uma porção de entorpecente e também apreendidos uma motocicleta Honda Biz.

Polícia Militar do Estado de **Goiás**: Patrimônio dos Goianos!

Fonte: ASPM-**TCE**

Site: https://www.dfmanchetes.com.br/2021/02/19/equipe-da-aspm-tce-apreende-droga-e-veiculo-em-goiania/

Aconteceu no IRB - 19.02

Aconteceu no IRB - 19.02

Confira os destaques na semana do IRB no Aconteceu de hoje:

Reunião preparatória do lançamento da 5ª Edição da Revista Técnica dos Tribunais de Contas (RTTC)

Nessa semana aconteceu no IRB mais uma reunião para discussão das regras de lançamento do próximo Edital para submissão dos artigos da 5ª Edição - Revista Técnica dos Tribunais de Contas RTTC, que será lançado no VII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas e do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas - CITC.

Uma das novidades para a 5ª Edição da RTTC é que os artigos serão aceitos pelo site do IRB, utilizando o sistema da plataforma Open Journal System - OJS, que está recebendo os últimos ajustes técnicos. O Open Journal System - OJS é um software de gerenciamento e publicação de periódicos científicos, foi disseminado no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse sistema permite a submissão de artigos online pelos próprios autores, buscando otimizar o sistema de publicação científica.

A previsão de abertura para o recebimento dos artigos e lançamento do Edital é para o início do mês de março, com o tema : "Tendências e Perspectivas do Controle Externo: um olhar para o futuro", os artigos enviados devem ser enquadrados dentro de uma das seguintes categorias : auditoria e controle, dados, informação e conhecimento, desenvolvimento gerencial, educação e docência, gestão estratégica, gestão de pessoas, gestão de políticas públicas, governança e gestão de riscos, governo digital e transparência, inovação, logística e compras públicas, orçamento e finanças, políticas públicas setoriais, tecnologia da informação, transferências voluntárias, ética e cidadania, reflexos da pandemia da Covid 19.

Assim, fique atento nas notícias do IRB que logo informará a data e as regras do Edital para o recebimento dos artigos.

Gaepe-GO prepara novo questionário sobre as dificuldades de conectividade

O Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação Pública em **Goiás** (Gaepe-GO) realizou seu 2º encontro em 2021. A primeira pauta do dia foi a proposta preliminar do novo questionário para aprofundar o conhecimento das dificuldades de conectividade junto aos novos gestores da educação municipal.

O objetivo é atingir todos os 246 municípios de **Goiás**, possibilitando identificar as dificuldades de conectividade enfrentadas por alunos e professores nas redes públicas estadual e municipais. A proposta é de um questionário sucinto e de fácil preenchimento, focado no retorno das aulas presenciais e híbridas nas escolas.

O Gabinete de Articulação para Enfrentamento aos Efeitos da Pandemia na Educação Pública de **Goiás** (Gaepe-GO) é uma articulação interinstitucional que reúne os tribunais de contas do Estado (**TCE**-GO) e dos Municípios de **Goiás** (TCM-GO), além de diversas outros órgãos estaduais, sob coordenação do Instituto Articule e do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB).

O texto foi replicado do Site **TCE**-GO. Saiba mais aqui .

Reunião com a Atricon sobre projeto de capacitação Controle das ODS

Na quarta (17), o IRB participou da reunião com a Atricon, que tratou do projeto futuro sobre a fiscalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, pelos Tribunais de contas brasileiros.

Nelson Nei Granato Neto (IRB), se reuniu com Luciana Guerra e Leonardo Cardoso (TCM-SP), assessores do **Conselheiro** e Vice Presidente de Relações Institucionais da Atricon, João Antônio, coordenador do projeto.

Em reunião, foram abordadas formas de articular projetos do IRB e Atricon sobre o tema, além de formação de um calendário conjunto de atividades.

Em breve mais novidades!

Sessão Solene de Posse TCEMG

Na quarta-feira (17), o **Conselheiro** José Alves Viana assumiu a presidência do **TCE**-MG, em solenidade de caráter híbrido. Na ocasião, também tomaram posse como vice-presidente, o **conselheiro** Gilberto Diniz, e como corregedor, o **conselheiro** Durval Ângelo. Parte das autoridades convidadas acompanharam a solenidade, por vídeo conferência, transmitida, ao vivo, pela TV-**TCE**. Saiba mais aqui .

Dos 33 Tribunais de Contas Brasileiros, 15 tiveram mudança na gestão com a posse de novos Presidentes Eleitos. O CNPTC elaborou uma lista dos atuais presidentes dos tribunais a partir de 2021. Confira:

Site: https://irbcontas.org.br/aconteceu-no-irb-19-02/

TJ quer 102 comissionados no lugar de 105 efetivos em Goiás

Fabiana Pulcineli

Com aumento de 69% no número de comissionados nos últimos dez anos, o Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO) quer elevar ainda mais os cargos em comissão. Projeto de lei do Judiciário aprovado nesta quinta-feira (18) pela Comissão Mista da Assembleia Legislativa propõe a substituição de 105 cargos efetivos por 102 comissionados.

O custo dos novos cargos é de R$ 13,24 milhões, segundo a diretoria-geral do TJ-GO, o que indica R$ 9,9 mil de pagamento em média por servidor - considerando 13 salários no ano. As vagas de efetivos custavam R$ 14,89 milhões, de acordo com o tribunal.

Na justificativa do projeto, o presidente do TJ-GO, desembargador Carlos Alberto França, diz que o objetivo é melhorar a assessoria a juízes de primeiro grau, "em favor da sociedade goiana, pois irá permitir o acréscimo da força de trabalho nas unidades do Judiciário".

O presidente afirmou que outros 100 cargos de assistente administrativo de juiz criados em 2018 foram em quantidade insuficiente e que a demanda permanece, especialmente em comarcas do interior.

A direção do TJ-GO também disse que o projeto não vai criar despesas (por conta da substituição dos cargos) e, por isso, não há descumprimento da Lei Complementar 173/2020, que instituiu o auxílio financeiro a Estados por conta do coronavírus e proibiu aumento de despesas com pessoal.

Embora afirme que os cargos efetivos estão desprovidos, o TJ-GO informou que há dotação orçamentária para os pagamentos.

Com o projeto, são criados 100 cargos de assistente administrativo de juiz DAE-3 (símbolo para definição do salário); 1 de assistente de juiz DAE-5, para atuar na 2ª Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores da Comarca de **Goiânia**; e 1 de conciliador DAE-4, para atuar no 3° Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de **Goiânia**.

A tabela de remuneração disponível no Portal da Tranparência do TJ-GO informa que os cargos DAE-3 a DAE-5 têm salários que variam de R$ 3,92 mil a R$ 5,07 mil. Já em anexo do projeto de lei, uma tabela aponta valores menores. O POPULAR solicitou ao tribunal as informações dos salários, mas não obteve respostas.

Salto

Dados do próprio Judiciário fornecidos ao **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) mostram que o número de efetivos caiu nos últimos dez anos, de 4.412 para 4.380, enquanto a quantidade de comissionados saltou de 949 para 1.601.

O POPULAR solicitou ao TJ-GO informações sobre a decisão de reduzir efetivos e a evolução do número de cargos em comissão, além de questionar os requisitos para preenchimento do cargo e se é permitida a contratação de parentes de magistrados. A assessoria informou na noite de ontem que não conseguiu contato com o presidente para dar as respostas.

O Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de **Goiás** (Sindjustiça) afirmou que não vai comentar o projeto de lei. "O Sindjustiça teve a oportunidade nesta semana de iniciar o diálogo com a nova administração do TJ-GO, que demonstra estar sensível aos pleitos dos servidores. Esse tema, em específico, não foi tratado com os novos gestores, razão pela qual o sindicato prefere não comentar, por enquanto",

afirmou.

Tramitação

A proposta de aumento de comissionados foi aprovada por unanimidade pelo Órgão Especial do TJ-GO em 3 de fevereiro e chegou à **Alego** no dia 10. O deputado Amilton Filho (Solidariedade), designado relator na Comissão Mista, apresentou parecer favorável no dia 17, mas sete parlamentares pediram vista.

Ontem, no entanto, o projeto foi devolvido sem nenhuma proposta de modificação ou questionamento, quando houve aprovação na comissão. Ele deve ser apreciado em plenário, em primeira votação, na próxima terça-feira.

Amilton diz que, como advogado, sabe da importância da assessoria aos magistrados para agilizar o trabalho do Judiciário e que "é regra que cada juiz tenha um assessor de confiança". No relatório, ele afirma que a proposta é "oportuna e conveniente" e que garantirá "otimização de recursos públicos, tanto humanos como financeiros".

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/politica/tj-quer-102-comissionados-no-lugar-de-105-efetivos-em-goi%C3%A1s-1.2200281